

Editorial

**A construção da História em tempos de
vírus e parasitas**

**Anna Maria Greco Carvalho
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira**

DOI: [10.11606/issn.2318-8855.v9i1p06-14](https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v9i1p06-14)

A construção da História em tempos de vírus e parasitas

Não há como começar esse editorial sem pensar em como as crises sanitária e política, marcas do primeiro semestre de 2020, modificaram as formas como pensamos a produção e a prática da História. No campo da saúde, o advento da pandemia e a política de isolamento social implementada em diversas cidades brasileiras desde março alterou profundamente o modo como vivemos e, a nível institucional, afetou o trabalho do Historiador. Tanto na pesquisa quanto no ensino de História, o uso das novas tecnologias se tornou inevitável, intensificando a relação entre a História e o mundo digital. Parece-nos inútil resistir a esse processo, que já vinha se desenvolvendo há muito tempo no Brasil e que a pandemia apenas acelerou. O impacto do mundo digital na História - e nas ciências humanas de maneira geral - já é um fato, mas é necessário refletir sobre essa transformação, tanto nas novas possibilidades que as tecnologias oferecem, quanto em seus limites metodológicos e éticos. Diante desse contexto global cabe à ciência histórica repensar o seu papel numa sociedade cada vez mais tecnológica e digital.

A própria Revista Epígrafe não está isenta desse debate. Fundada em 2013 por um grupo de estudantes de História da Universidade de São Paulo, a revista já nasceu digital. Não apenas isso, todo o processo editorial - e, agora, mesmo as reuniões da comissão editorial - é intermediado por telas. É verdade que isso permite uma conexão maior em termos regionais. Muitos dos pareceristas como também os autores publicados na revista são de universidades espalhadas por todo o Brasil. Só esta edição conta com trabalhos da Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de

Anna Maria Greco Carvalho
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira

Montes Claros (Unimontes), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), além da Universidade de São Paulo (USP). Fica claro para nós que sem o intermédio da internet seria mais difícil conquistar essa diversidade regional numa revista de graduação, já que ela não dispõe de apoio financeiro. Em abril deste ano organizamos o evento online “Em tempos de crise sanitária: História e doenças no Brasil”, transmitido no *Youtube*, que contou com a participação dos professores André Mota (FM-USP), Denise Bernuzzi de Sant’Anna (PUC-SP), com mediação do professor Henrique Carneiro (FFLCH-USP). A transmissão foi assistida por pessoas de dezoito estados brasileiros diferentes, algo que nunca tivemos num evento presencial, o que para nós da comissão representou um verdadeiro sucesso.

Portanto, sem dúvida o mundo digital traz possibilidades na medida em que permite maior acesso e difusão de conhecimento. Isso não significa dizer que ele tem proporcionado uma democratização da informação, como se costuma anunciar tão frequentemente. É verdade que *smartphones* e computadores têm se popularizado e um número cada vez maior de pessoas tem tido acesso à internet, além de todas as suas possibilidades. Contudo, o fato de nós vivermos uma distribuição tecnológica em massa não reduz a maneira profundamente desigual pela qual isso acontece. O historiador Carlo Ginzburg¹ reforça que a internet é um recurso *potencialmente* democrático, mas que para ser usada exige um certo conhecimento cultural, ainda calcado no privilégio social. Fatores como a qualidade dos equipamentos tecnológicos, o tipo de conexão e mesmo o acesso à educação (desde alfabetização, conhecimento

¹ GINZBURG, Carlo. *A História na era Google* IN **Pensar o Contemporâneo** (org. Luis Schuller e Eduardo Wolf), Porto Alegre, Arquipélago, 2014.

A construção da História em tempos de vírus e parasitas

de línguas estrangeiras, até introdução à informática) alteram profundamente os níveis de acesso e participação no mundo digital. Por isso, Ginzburg conclui que a internet, apesar de seu potencial, tem exacerbado as diferenças sociais do que as apaziguado. Um exemplo claro desse processo é a forma desigual como escolas públicas e privadas lidaram com o ensino remoto durante a pandemia. Como resultado, ao invés de propiciar um acesso mais democrático à educação, o ensino à distância acirrou ainda mais a diferença social entre os alunos que vão prestar vestibulares.

No campo da política, observamos gradativamente o aumento do autoritarismo, já construído nos anos anteriores, mas cujo pico tem sido alcançado neste semestre, por meio de uma crise institucional promovida pelo Presidente da República e por seus apoiadores. Não podemos fechar os olhos a eventos como o constante assédio sofrido pelos jornalistas, as ameaças ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional, os pedidos por intervenção militar, etc., evidências do atual flerte com o autoritarismo.

Não podemos também fechar os olhos para o negacionismo científico promovido por esses mesmos grupos. Como nós, Historiadores e cientistas das humanidades, já sabemos bem, os profissionais das Ciências Humanas são vigiados dentro de seus ambientes de trabalho e seus objetos de estudo sofrem contestações sem embasamento metodológico. No entanto, diante desse momento de pandemia, percebemos a expansão do negacionismo também às Ciências Médicas e Biológicas. Vivemos num momento de pós-verdade, como compreende Christian Dunker², em que as informações propagadas não possuem sujeito, mas seu conteúdo é preenchido por subjetividades. Isto é, não há preocupação com a veracidade dos fatos transmitidos,

² DUNKER, Christian. **Ética e pós-verdade**. P. Alegre: Dublinense, 2017, pp. 11.

contanto que eles sejam coerentes às posições políticas de seus receptores.

Não é nenhuma surpresa que, diante desse contexto, a regulamentação da profissão do Historiador por meio do Projeto de Lei 368/2009, do Senador Paulo Paim (PT - RS), tenha sido vetada pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro. É apenas mais um passo na manutenção dos obstáculos à produção rigorosa da Ciência Histórica no Brasil, que se soma à pouca verba, ao sucateamento das Universidades, à desvalorização da profissão, dentre outros.

Como revista acadêmica, portanto, temos o dever de registrar nosso apoio à produção científica de qualquer área sem a interferência de teorias negacionistas, que tomam como base o simples “achismo”. Nós, como Historiadores e futuros Historiadores, devemos compreender que a presença autoritária e negacionista nas ciências é uma grande ameaça à produção histórica e à sua divulgação, principalmente diante de um cenário virtual que facilitou a propagação de conteúdos falsos.

Diante desse cenário nada agradável, devemos repensar novas formas de atuação do Historiador a fim de retomar a legitimidade da profissão perante a sociedade para auxiliá-la em sua própria construção. Como fazer isso no atual contexto de crise? Não sabemos e nem teremos uma resposta pronta e imediata, pois ela provavelmente resultará de alguns anos de debate. No entanto, nesse editorial, gostaríamos de estimular essas pertinentes questões, que demandam respostas urgentes.

Pensando nas consequências da pandemia para o Ensino de História, entrevistamos nesta edição a professora Circe Bittencourt da Faculdade de Educação. Percebemos que, mesmo a tecnologia podendo apresentar diversas vantagens para

A construção da História em tempos de vírus e parasitas

auxílio dos alunos e para facilitação do trabalho docente, quando aplicada ao ensino à distância sem um planejamento - como é o caso do contexto atual - tanto os alunos quanto os professores apresentam diversas dificuldades. Diante desse cenário, a importância do espaço escolar como um ambiente essencial de socialização e de aprendizado é ainda mais evidente por conta da deficiência no processo educacional virtual.

Como de praxe, pudemos conhecer ainda a carreira e a trajetória de vida da professora. Por conta de ter iniciado sua graduação no começo do regime militar, a conversa se torna interessante para entendermos a relação dos estudantes de História com um governo autoritário, cenário nada distante de nossa atualidade, como já mencionado. Vimos também suas contribuições para a pesquisa em Ensino de História e os desafios na sua aplicação prática da sala de aula. Nesse sentido, conhecemos sua grande colaboração com o desenvolvimento de materiais didáticos que pensam as populações indígenas, assim como materiais voltados a elas.

Os trabalhos publicados nesta edição também versam sobre temas muito pungentes à sociedade contemporânea. Abrindo essa edição, o ensaio de Dandriel Borges “Populações racializadas: um ensaio teórico sobre construção da memória coletiva, alteridade e a epidermização da inferioridade racial” propõe uma reflexão sobre a construção histórica do discurso de inferioridade racial sobre populações indígenas e negras. O artigo de Gabrielly Bononi Miranda “O conceito de civilização e a política indigenista do século XIX” também traz uma perspectiva histórica para a questão racial no Brasil, analisando o conceito de “civilização” no período Imperial e suas implicações para as populações indígenas. Avançando 100 anos no tempo, o trabalho de Alexandre Vinicius Nicolino Maciel, “Preto não traz confiança: Moacir

Anna Maria Greco Carvalho
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira

Barbosa do Nascimento e a Síndrome de Goleiros negros no Brasil”, discute a presença do racismo estrutural sobre o futebol brasileiro, analisando a figura de Moacir Barbosa do Nascimento, goleiro da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1950. O trabalho de Karen Menegatt, “A imprensa feminina e a emancipação da mulher: uma análise do periódico *o Sexo Feminino* (Rio de Janeiro – 1889)” põe em relevo a discussão sobre concepção de mulher e os discursos sobre o universo feminino na imprensa brasileira às vésperas da Proclamação da República.

Cristianne Prado Silva, em “Jornal Poeira: resistência à ditadura militar através do método linha de massas” analisa os diálogos que o movimento estudantil realizava com os estudantes, a partir do método linha de massas, uma estratégia de atuação e resistência à ditadura militar. Seguindo a mesma temática, o artigo “A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta “Retorno de Exilados” do DOPS”, de Gabriella Daphne Pereira Ferreira, analisar como era construída a figura dos exilados na imprensa paranaense, principalmente depois da Lei da Anistia de 1979. Ainda sobre o tema da ditadura, “Navilouca – uma experiência do encontro entre arte e vida” de Amanda Costa Ferreira Lucio trata do Almanaque *Navilouca*, lançado em 1974 e investiga como ele dialoga com a proposta de deslocamento da forma e sensibilidade da arte brasileira pós-1968. Ainda em 1974, o artigo de Matheus Lacorte Naman Angelo de Castro “1974 e o rock progressivo paulistano” analisa o cenário musical paulistano dos anos 1970 buscando compreender o lugar do rock progressivo no contexto de efervescência contracultural vivenciado pela capital paulista do período. Seguindo esse recorte sobre a produção artística durante a ditadura militar, o artigo “Para trás e entre transes: o Brasil entre Iracemas e cabras marcados à morte ou sobre uma análise fílmica de obras censuradas no decurso da ditadura”, de Gabriel Bandeira Alexandre, realiza uma análise fílmica de obras que

A construção da História em tempos de vírus e parasitas

foram submetidas ao exame censório no decurso da ditadura militar, destacando as semelhanças e as diferenças entre eles e a sociedade em que estão inseridos. Felipe Cardoso de Souza também aborda a temática do cinema em “O Nordeste de Dora e de Tonho: Representações cinematográficas sobre o nordeste brasileiro nos filmes ‘Central do Brasil’ e ‘Abril despedaçado’”, apontando para reproduções e permanências de uma imagem estereotipada sobre o Nordeste. Ainda sob a perspectiva da História da Arte, o artigo de Bárbara Fonseca “A presença dos clássicos na arte escultórica de João Turin e a identidade paranaense” investiga de que maneira a cultura clássica influenciou e foi usada na construção da identidade paranaense do início do século XX, especialmente no trabalho do artista João Turin.

Saindo do Brasil, o artigo de Giovanna Maia Tavares de Almeida “A erótica de Utagawa Kunisada e a cultura das quatro estações” explora a produção artística japonesa do Período Edo, propondo uma análise iconográfica de quatro estampas xilográficas de material sexualmente explícito, conhecido como *shunga*. O trabalho de Karolina Santos da Rocha, “Implicações imperiais ligadas ao *Codex Purpureus Rossanensis* (Σ 042): Apontamentos a partir de uma análise imagética” também propõe uma análise iconográfica do *Codex Purpureus Rossanensis* (Σ 042), defendendo que a sequência de imagens ultrapassa aspectos religiosos e remete a implicações imperiais e rituais da corte bizantina. “A política das plazas nacionales e a atribuição de ofícios públicos na Catalunha após a Guerra de Sucessão: Uma desnaturalização da administração”, de Alberto Gandolfo, analisa a administração pública na Monarquia espanhola na Catalunha durante o Antigo Regime. Por fim, em “Fronteiras criminais no Nazismo: lei e moral nos julgamentos de Konrad Morgen” Jaqueline Uzai Tavares discute a relação entre moralidade e legalidade nos registros criminais e testemunhos

**Anna Maria Greco Carvalho
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira**

do juiz Konrad Morgen, oficial da SS que trabalhou julgando crimes cometidos pelos membros da organização em campos de concentração.

Desta forma, apesar do cenário perturbador das crises política e sanitária que assolam nossa sociedade, esperamos que a 9ª edição da Revista Epígrafe, - que também é nossa décima edição! (sim, é confuso para nós também)³ - incite boas reflexões e debates, e que de alguma forma nos dê força para enfrentar estes tempos.

Uma boa leitura a todas e todos!

São Paulo, 27 de Julho de 2020

³ A primeira edição da Revista Epígrafe, foi a edição de número 0, logo a edição de nº9 é na verdade nossa 10ª edição.